DETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DECRETO FEDERAL 11.462/2023, DECRETO MUNICIPAL Nº 361/2023 E SUAS ALTERAÇÕES PARA:

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA CONFECÇÃO DE PLACAS E TOTENS, CONTEMPLANDO MONTAGEM, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRACASSADOS DO PE 134/2024 E PE 155/2024 PMN

Assinado digitalmente por:
DITMAR ALFONSO ZIMATH
CPF: ***.983.039-**
Certificado emitido por AC SAFEWEB RFB v5
Data: 21/05/2025 17:34:40 -03:00

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

DATA DE ABERTURA: 04/06/2025
ENTREGA DOS DOCUMENTOS PELO SITE ATÉ DIA 04/06/2025 ÀS 08h30min
HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09h DO DIA 04/06/2025 (Horário de Brasília).
LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC- https://bnc.org.br/
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Prefeitura Municipal de Navegantes, Rua João Emílio, 100 – Centro – Departamento de Compras e Licitações, CEP 88.370-446, telefone: (47) 3342-9500, e-mail: alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br; e/ ou adm.licitação@navegantes.sc.gov.br.
REGÊNCIA: Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462/2023 e Decreto Municipal 361/2023.
SECRETARIA SOLICITANTE Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que às 09h do dia 04/06/2025, serão abertas às propostas referentes a este processo e será realizado em ato contínuo o credenciamento, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTES**, de conformidade com as seguintes condições:
O pregão eletrônico terá sessão pública que acontecerá por meio do sistema de licitações Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA CONFECÇÃO DE PLACAS E TOTENS, CONTEMPLANDO MONTAGEM, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRACASSADOS DO PE 134/2024 E PE 155/2024 PMN**, conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

1.1. A licitação e seu objeto obedecerão ao disposto na tabela e especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTES**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

2. DO VALOR ESTIMADO

2.1. O custo estimado total da contratação é R$ 1.380.857,25 (um milhão, trezentos e oitenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme custo do lote aposto no Termo de Referência, anexo**.**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar desta Licitação os interessados, sendo estas pessoas jurídicas, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital, seus Anexos, e principalmente em relação à legislação.

3.2. As empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.

3.3. **Não será admitido a participação de empresas em consórcio,** conforme o ANEXO I-B do termo de referência;

3.4. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras - BNC, até no mínimo 01 (uma) hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.5. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

3.5.1. Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC, no ANEXO IV;

3.5.2. Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC, no ANEXO IV e;

3.5.3. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras - BNC, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras - BNC, conforme o ANEXO V.

3.6. **A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração constante, no Anexo II, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu**

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. art. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

3.7. As disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou seja, o tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte e microempresas, não se aplicam:

3.7.1. no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.7.2. no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1. O certame será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), com auxílio de sua equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) declarar o vencedor;

i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) elaborar a ata da sessão;

k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC

5.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 3.5.1, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

5.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3. O acesso do operador no pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através: do site https://bnc.org.br/, do telefone (42) 3026-4550 – Ponta Grossa/PR, ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

6.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.4. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para as Sociedades Cooperativas mencionadas no art.34 da Lei nº 11.488/2007, para o Agricultor Familiar, o Produtor Rural -pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

6.5. Não poderão participar desta licitação e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente:

6.5.1. Quem não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;

6.5.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

6.5.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário).

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas**, quando, então, **encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação**.

7.1.1 Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação juntamente com a proposta, conforme o subitem 7.1, deverá o vencedor apresentar no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro via sistema eletrônico, que poderá ser prorrogado por igual período, desde que justificado.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.4. **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico**, ficando responsável pelo ônus

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. **Até às 08h30min**, os licitantes **poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema**;

7.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento (ANEXO III), no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário;

b) Marca (quando for o caso);

c) Fabricante (quando for o caso);

8.1.1. **Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada**.

8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.5. **Os licitantes devem respeitar os preços máximos** estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas.

8.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União ou do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas (ANEXO III), desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, as que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

9.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.9. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR LOTES**

9.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

9.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

9.12. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

9.13. Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

9.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.16. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.17. Se a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública **será suspensa e reiniciada** somente decorridas **24 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no sítio eletrônico oficial do Município de Navegantes, disponível no endereço **eletrônico https://navegantes.sc.gov.br/.**

9.18. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, motivadamente, será excluído do sistema pelo participante no tempo máximo permitido (15 segundos).

9.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.20. A ausência de resposta pelo *chat*, durante o tempo do certame, ou qualquer outro que o (a) Pregoeiro (a) estabeleça, por verificada desídia do licitante, poderá acarretar a desclassificação ou a inabilitação do mesmo, reservado o direito à manifestação de recurso, em fase apropriada.

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa "**aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme o art. 32 do Decreto Federal nº 10.204/2019 e art. 56 da Lei 14.133/2021.

10.2. A etapa de envio de lances na sessão pública **durará 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 10.2, será **de 02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 10.3, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 10.3, o (a) pregoeiro (a), assessorado (a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto 10.024/2019, mediante justificativa.

10.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo **menos 5% (cinco por cento),** o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações, conforme §4º, do art. 56 da Lei 14.133/2021.

10.7. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

10.9. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO.**
conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.11. **Em relação a itens não exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, **do porte da entidade empresarial**. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

10.11.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem **na faixa de até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

10.11.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

10.11.3. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada **desista ou não se manifeste no prazo estabelecido**, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele **intervalo de 5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.11.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, **será realizado sorteio entre elas** para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.12. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem *jus* às margens de preferência, conforme regulamento.

10.13. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

11. DO EMPATE LEGAL

11.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

11.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 do Decreto 10.024/2019, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

11.3. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.3. Será estabelecido o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do (a) pregoeiro (a) no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o subitem 12.1.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.

13.2. Será **desclassificada** a proponente que:

13.2.1. Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

13.2.2. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

13.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, conforme dispõe o artigo 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4. Não tiverem a exequibilidade da proposta demonstrada, quando exigido pela Administração;

13.3. Caso entenda necessário, o (a) Pregoeiro (a) ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de **aferição de exequibilidade das propostas**. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o (a) Pregoeiro (a) ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:

a) Da apresentação de planilha de custos; ou

b) Da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas;

13.3.1 A diligência servirá como subsídio para decisão do (a) Pregoeiro (a) ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o mesmo deverá apresentar as seguintes certidões, as quais serão verificadas pelo pregoeiro. A análise será feita sob a ótica de eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação:

14.1.1. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União** - TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP): https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br;

14.1.2. **Consulta da Certidão Negativa Correcional no site da Corregedoria-Geral da União** - CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM): https://certidoes.cgu.gov.br;

14.1.3. **Consulta ao Tribunal de Contas da sede do licitante**;

14.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do (a) pregoeiro (a), os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo (a) pregoeiro (a).

14.3. A verificação pelo (a) pregoeiro (a) e equipe de apoio nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

14.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.

14.5. Será julgada **inabilitada** a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação;

b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;

d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;

e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte.

14.6. **Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

14.6.1. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 43, §1º da Lei Complementar nº 147/2014, o (a) pregoeiro (a) adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**:

a) serão analisados os documentos **não integrantes da regularidade fiscal e trabalhista;**

b) serão analisados os **documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista**, declarando-se:

I - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou

II- O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante. **Neste caso, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período**, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no inciso II da alínea "b" do subitem 14.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 11 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

14.6.3. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n° 123/2006, deverão apresentar declaração, conforme modelo do ANEXO VII, e certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou declaração de enquadramento validada pela Junta Comercial.

14.6.3.1. A não apresentação desta declaração leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar n° 123/ 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica;

14.6.3.2. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 337-F do Código Penal Brasileiro;

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

14.6.3.3. A certidão simplificada ou a declaração deverá ter sido emitida nos **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data prevista para a sessão de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta de preço, sob pena de não aceitabilidade;

14.6.3.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos Cadastros de Contribuintes Estadual e Municipal, desde que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI possa suprir as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, por constarem no próprio Certificado.

14.7. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Empresário Individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

c) **Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

14.7.1. **Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da última alteração consolidada.**

14.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Inscrição do CNPJ, emitida através do site: http://www.fazenda.gov.br/; que deverá conter CNAE adequado para o objeto da contratação.

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual de origem da empresa;

e) Prova de regularidade com os débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união que abrange os créditos tributários da Receita Federal do Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitida através do site: http://www.fazenda.gov.br/;

f) Prova de regularidade com FGTS, emitida através do site: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do site: http://www.tst.jus.br/certidao;

14.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.9.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei n. 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

14.9.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

14.9.2. Deverá apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE), **comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais**

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);

III - Grau de Endividamento (GE) = (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / (Ativo Total).

14.9.2.1. Os índices exigidos como mínimos serão apurados através das seguintes fórmulas:

a) Liquidez Corrente: AC/PC = índice mínimo: 1,00

b) Liquidez Geral: AC+RLP/PC+PNC = índice mínimo: 1,00.

c) Grau de endividamento: PC+PNC/AT = igual ou menor que 1,00.

14.9.2.2. **Os índices deverão estar calculados** para que o agente de contratação/pregoeiro e equipe de apoio procedam somente com à conferência dos cálculos apresentados.

14.9.2.3. **As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).**

14.9.2.4. **O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º).**

14.9.2.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

14.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.10.1. A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n.14.133/2021.

14.10.2. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por órgão de direito público ou privado, ou apresentação de Certidão de Acervo Operacional – CAO emitido pelo Conselho Profissional competente, emitidos em nome da empresa licitante, que demonstre a capacidade operacional na execução de serviços similares de

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação

Obs.: Não será considerado/aceito Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa participante do certame.

14.10.3. Certidão de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da sede da licitante, ou Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da sede da licitante, ou Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

Em caso de empresa com domicílio ou sede em outro Estado, a empresa vencedora providenciará o visto do CREA/SC, e/ou CAU/SC **para fins de assinatura de contrato ou documento equivalente.**

15. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

15.1. Deverá apresentar como complemento dos documentos de habilitação, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES, conforme modelo ANEXO VI.

15.2. A referida declaração deverá estar assinada e datada, sendo esta, se possível, objeto de diligência saneadora.

16. DAS DILIGÊNCIAS

16.1. Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, bem como localização da empresa, notas fiscais relativas ao (s) atestado (s) técnico (s) emitido (s), além de autenticações, sejam presencialmente e/ou através dos sítios eletrônicos oficiais.

16.2. **Não será realizada autenticação de documentação no dia da abertura dos documentos, em hipótese nenhuma**.

16.3. As autenticações serão admitidas para fins de complementação da documentação de habilitação, conforme ANEXO II, de acordo com o prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) em ata.

16.4. As autenticações seguem o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 361/2023.

16.5. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerida dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência.

16.6. A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema BNC, em "DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA) ", bem como, SOMENTE, em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo (a) Pregoeiro (a), também, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL NAVEGANTES, próprios do Departamento Compras de Licitações: alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br e/ ou adm.licitação@navegantes.sc.gov.br.

16.7. O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer outros endereços eletrônicos será desconsiderado, exceto se informado pelo (a) Pregoeiro (a), via *chat*, no sistema BNC, algum e-mail diverso destes informados.

16.8. Serão verificados todos os documentos originais, conforme a Lei nº 13.726/18.

17. DOS RECURSOS

17.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá durante o prazo concedido na sessão pública, em **até 15 (quinze) minutos**, em **campo próprio do sistema**, exclusivamente, manifestar sua intenção de recorrer.

17.2. **As razões do recurso de que trata o subitem 17.1 deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias.**

17.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

17.4. **Os documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões** poderão ser anexadas em campo próprio do sistema BNC, e ainda, sem prejuízo da sua apreciação, para e-mails do Município de Navegantes, próprios do Departamento de Compras e Licitações: alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br e/ ou adm.licitação@navegantes.sc.gov.br, sendo registrado e anexado pela Administração, nos autos do processo, o corpo do e-mail da empresa recorrente e/ou da contrarrazoante.

17.5. **O envio de documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados.**

17.6. A ausência de manifestação imediata do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 17.1, importará na pena de preclusão desse direito.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

17.6.1. Caso o licitante não manifeste intenção de recurso, nos termos do subitem 17.1, mas apresente recurso no prazo de 03 (três) dias úteis após a fase de manifestação de intenção de recursos, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro analisar os fatos narrados quando o argumento se referir à situação que possa caracterizar uma nulidade absoluta ou situação que altera substancialmente o resultado certame.

18. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

18.1. Após a manifestação dos interessados, a Autoridade Competente fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;

b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;

18.2. Após análise e manifestação da Autoridade Competente sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

18.3. A autoridade competente emitirá a decisão final.

18.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

18.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6. Não caberá recurso administrativo contra a decisão final da Autoridade Competente.

19. DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

20. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório.

20.3. Após a homologação, a Ata de Registro de Preço será encaminhada via sistema ECM para a devida assinatura, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

20.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

20.4.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

20.5. É de responsabilidade exclusiva do **vencedor da licitação** a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

20.6. Se **o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a Ata/contrato, poderá ser convocado outro proponente**.

20.7. Se o vencedor se recusar a assinar a Ata de Registro de Preço no prazo estabelecido ou apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

20.8. **Para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preço/ Contrato o vencedor deverá apresentar:**

20.8.1. Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos:

a) Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante;

b) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas;

20.8.2 Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

20.9. É de responsabilidade do vencedor manter o cadastro de fornecedor atualizado junto a Prefeitura Municipal de Navegantes.

21. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Não será permitida a Adesão a Ata de Registro de Preços.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

22.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

22.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

22.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata;

22.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

22.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

22.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

22.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

22.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

22.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

22.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

22.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

23.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

23.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

24. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

24.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nos termos do art. 25 do Decreto 11.462/2023 e do art. 124 da Lei 14.133/2021.

25. DOS PRAZOS E DO REAJUSTE

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da emissão da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021

25.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

25.5. Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

26. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

26.1. O prazo de entrega dos serviços será **até 30(trinta) dias úteis após a emissão da Solicitação de fornecimento** com respectivo **n°** de empenho, encaminhada pela Secretaria solicitante.

26.2. Os serviços deverão ser executados, conforme Termo de Referência, Anexo.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

26.3. O prazo previsto poderá ser prorrogado, desde que autorizado pela Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças.

27. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

27.1. A gestão do contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, sendo essa responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

27.2. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (ANEXO I) e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelo órgão requisitante, respeitada a segregação de funções.

28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

28.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme Termo de Referência (ANEXO I), e concomitantemente, na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

29. DO PAGAMENTO

29.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I), além da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO VIII) e da Minuta do Contrato (Anexo IX), sendo parte integrante deste edital.

29.2. O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela secretaria gestora do contrato, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

29.3. O pagamento será realizado de acordo com o cronograma proposto pela Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência (ANEXO I).

29.4. O prazo para pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (TRINTA) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada por servidor ou comissão designado para o acompanhamento e fiscalização do Contrato, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

29.5. Para fazer *jus* ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos:

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

a) apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Certidão de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

b) apresentar relatório das etapas executadas (cumpridas) de acordo com o cronograma da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças;

29.6. As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

29.7. **Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado**.

30. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO SERVIÇO

30.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

30.1.1. O Município inspecionará a execução dos serviços contratados, através dos servidores designados com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar revisões finais que se fizerem necessárias;

30.1.2. Para efeito de recebimento provisório, a Comissão Integrada de acompanhamento apurará o resultado da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

30.1.3. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

30.1.4. Para o recebimento provisório, o (s) servidor (es) designado (s) deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

30.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser–corrigidos/refeitos/substituídos no **prazo de até 05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

30.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **até 15 (quinze) dias**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

30.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, resguardada os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) Multa de mora no percentual correspondente a **0,5% (meio por cento),** calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência dos de execução, até o limite de 10 (dez) dia úteis, caracterizando inexecução parcial;

b) Multa compensatória no percentual de **10% (dez por cento),** calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;

c) Advertência;

d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE NAVEGANTES pelo prazo de **até 03 (três) anos**;

e) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme art. 156, inciso IV e §§5º, 6º e 7º do mesmo artigo da Lei Federal n. º 14.133/2021.

31.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei n. º 14.133/2021, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

31.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES;

31.4. O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente junto ao MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

31.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

31.6. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerados no artigo 137 da Lei Federal n. º 14.133/2021 com as formalidades e consequências previstas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

32. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

32.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos sobre o edital de licitação, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras, site oficial do Município: https://navegantes.sc.gov.br. ou nos e-mails: alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br; e/ou adm.licitação@navegantes.sc.gov.br, no prazo de **até 2(dois) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

32.2. As dúvidas/questionamentos, e as impugnações deverão ser encaminhadas com documentos que identifiquem o(a) interessado(a), e poderão ser enviadas exclusivamente através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme a legislação.

32.3. Não sendo formulado pedido de esclarecimento, providência ou impugnação a este edital até o prazo previsto na legislação, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas e documentos de habilitação, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

32.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso.

32.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

32.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

33. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

33.1. Da sessão pública do Pregão Eletrônico divulgar-se-á a ata da sessão e/ou quaisquer outras atas, bem como os documentos, no sistema eletrônico BNC e no site oficial do Município: https://navegantes.sc.gov.br., conforme a possibilidade e o andamento do processo.

33.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro

33.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília –DF.

33.4. A adjudicação e/ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

33.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade, a segurança da contratação e os demais princípios inerentes à Lei nº 14.133/2021.

33.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

33.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

33.8. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração, de segunda-feira à sexta-feira, e em horário estabelecido, 13h às 19h.

33.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

33.10. Em caso de divergência entre disposições do corpo deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

33.11. Para os documentos que não informarem sua data de validade/vigência de forma expressa, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias após sua emissão.

33.12. É facultado ao proponente visitar o local onde serão realizados os serviços, não podendo posteriormente alegar desconhecimento.

34. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

34.1. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bnc.org.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, além do site do Município, no endereço https://navegantes.sc.gov.br.

34.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I –Termo de Referência (TR);

ANEXO I-A – Justificativa para exigências de índices financeiros;

ANEXO I-B - Justificativa da não participação de consórcio;

ANEXO II – Exigências para Habilitação Complementar (Pós-Disputa);

ANEXO III – Modelo de Proposta;

ANEXO IV – Termo de Adesão;

ANEXO V – Custo pela utilização do sistema BNC;

ANEXO VI – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação e Demais Obrigações;

ANEXO VII – Declaração ME/EPP

ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IX – Minuta do Contrato

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA CONFECÇÃO DE PLACAS E TOTENS, CONTEMPLANDO MONTAGEM, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRACASSADOS DO PE 134/2024 E PE 155/2024 PMN. nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01 – PLACAS					
TEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01	PLACA EXTERNA: FRONTLIGHT EM ACM, ESTRUTURA DE METALON E REFLETORES EXTERNOS. ACM COM AS INFORMAÇÕES EM ADESIVO DE RECORTE COLADO, CONFORME ARTE/PADRÕES ADOTADOS PELA CONTRATANTE. ACM COM COR A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO (RELÉ FOTOELÉTRICO) PARA CADA 4 METROS QUADRADOS DE PLACA, COMPOSTO POR HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA E EM REFLETOR DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS), LUZ BRANCA FRIA, PROTEÇÃO À PROVA D'ÁGUA (IP66) COM TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO, LOGOS E SÍMBOLOS DA PLACA. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS (OU PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS	M²	400	R$ 339,00	R$ 135.600,00

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	NECESSÁRIOS PARA LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 10 METROS DA PLACA. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE.				
	TOTAL DO LOTE 01			**R$ 339,00**	**R$ 135.600,00**
LOTE 02 – TOTENS INFORMATIVOS					
02	TOTEM EXTERNO TIPO 1. TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 4,50 M E 1,30M DE LARGURA, COM 30 CM DE PROFUNDIDADE. TOTEM EM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO, SAPATA EM CONCRETO DE 1,5M³, REVESTIMENTO EM ACM E INFORMAÇÕES EM ADESIVO RECORTE, ILUMINAÇÃO EXTERNA EM REFLETOR DE LED. CAIXA EM ACM (ALUMÍNIO COMPOSTO EM COR A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE) COM 3 MM DE ESPESSURA, COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA. BASE INFERIOR CURVA (RAIO DE 40 CM). DESCRIÇÃO/LOGO CONFORME DEFINIDO PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA, APLICADO EM ATÉ TODA A EXTENSÃO DA PLACA, EM PVC EXPANDIDO COM 2 CM DE ESPESSURA (RELEVO), COM PINTURA AUTOMOTIVA NAS CORES DEFINIDAS PELA CONTRATANTE. TEXTO EM PVC EXPANDIDO COM 2 CM DE ESPESSURA (RELEVO), EM COR A SER DEFINIDA. ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS METÁLICOS, SOLDADOS E PARAFUSADOS, COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA, REVESTIDA POR CHAPAS DE ACM EM COR A SER DEFINIDA BASE DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA DE AÇO ESTRUTURAL PARAFUSADA À FUNDAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO ARMADO. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO	UND	50	R$ 8.600,00	R$ 430.000,00

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	(RELÉ FOTOELÉTRICO) COMPOSTA POR 2 REFLETORES DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS CADA), SENDO UM PARA CADA LADO DO TOTEN, FIXADOS NA PARTE SUPERIOR DO MESMO, LUZ BRANCA FRIA, COM PROTEÇÃO A PROVA D'ÁGUA (IP66) COM HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA PARA SUPORTE DOS REFLETORES. TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO/LOGO DA PLACA/TOTEM. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS (OU PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 10 METROS DO TOTEM. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA/TOTEM E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE				
03	TOTEM EXTERNO TIPO 1: TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,70M DE ALTURA E 0,70M DE LARGURA, COM 8CM DE PROFUNDIDADE, SENDO 0,20M DE LARGURA NO FORMATO RETO E 0,50M COM FORMATO CURVO COM ÂNGULO DE 46º EM UMA FACE E 34º EM OUTRA FACE. TOTEM E BASE NIVELADORA EM ESTRUTURA DE FERRO, SAPATA EM CONCRETO DE ATÉ 0,15M³, COM GRAPAS DE AÇO DE 12,5MM SOLDADAS NA SUA FUNDAÇÃO. OS VERGALHÕES (GRAPAS) DEVERÃO SER SOLDADOS AO TUBO RETANGULAR DE AÇO AOS PARES E EM FACES OPOSTAS, EM ÂNGULOS APROXIMADOS DE 30º, DISTANDO 10CM E 25CM A PARTIR DO FINAL DO TUBO. A SOLDA DEVE SER DO TIPO MIG, ISENTA DE ESCÓRIAS E HOMOGÊNEA. REVESTIMENTO EM ACM EM COR TERRACOTA E CINZA CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE E INFORMAÇÕES EM LETRAS DE ACM BRANCO DE 2CM DE ESPESSURA (RELEVO) FIXADAS JUNTO	UNID	50	R$ 6.903,00	R$ 345.150,00

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	A CAIXA DE ACM COM ALTURA DE ATÉ 6CM E 2MM DE ESPESSURA, INCLUINDO DESENHO DA LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E FLECHAS DE SINALIZAÇÃO CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE. CAIXA EM ACM (FIXADO EM CANTONEIRAS OU PRESILHAS DE ALUMÍNIO) COM 3 MM DE ESPESSURA, VEDADOS COM TARUGOS E SILICONE COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS RETANGULARES METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI COR GRAFITE. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. DEMAIS DETALHES DEVEM SER VERIFICADOS NO PROJETO.				
04	TOTEM EXTERNO TIPO 2: TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,70M DE ALTURA E 0,50M DE LARGURA, COM 8CM DE PROFUNDIDADE, SENDO NO FORMATO CURVO COM ÂNGULO DE 46º EM UMA FACE E 34º EM OUTRA FACE. TOTEM E BASE NIVELADORA EM ESTRUTURA DE FERRO, SAPATA EM CONCRETO DE ATÉ 0,15M³, COM GRAPAS DE AÇO DE 12,5MM SOLDADAS NA SUA FUNDAÇÃO. OS VERGALHÕES (GRAPAS) DEVERÃO SER SOLDADOS AO TUBO RETANG ULAR DE AÇO AOS PARES E EM FACES OPOSTAS, EM ÂNGULOS APROXIMADOS DE 30º, DISTANDO 10CM E 25CM A PARTIR DO FINAL DO TUBO. A SOLDA DEVE SER DO TIPO MIG, ISENTA DE ESCÓRIAS E HOMOGÊNEA.REVESTIMENTO EM ACM EM COR CINZA E TERRACOTA CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE E INFORMAÇÕES EM LETRAS DE ACM BRANCO DE 2CM DE ESPESSURA (RELEVO) FIXADAS JUNTO A CAIXA DE ACM COM ALTURA DE ATÉ 6CM E 2MM DE ESPESSURA, INCLUINDO DESENHO DA LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E FLECHAS DE SINALIZAÇÃO CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE. CAIXA EM ACM (FIXADO EM CANTONEIRAS OU PRESILHAS DE ALUMÍNIO) COM 3 MM DE ESPESSURA, VEDADOS COM TARUGOS E	UNID	50	R$ 3.445,00	R$ 172.250,00

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	SILICONE COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS RETANGULARES METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI COR GRAFITE. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. DEMAIS DETALHES DEVEM SER VERIFICADOS NO PROJETO.				
05	TOTEM DE 106X220 CM COM ESTRUTURA EM METALON GALVANIZADO 25X25 MM COM REVESTIMENTO EM ACM E APLICAÇÃO DE ADESIVO FUNDAÇÃO EM CONCRETO ARMADO	UNID	05	R$ 3.133,64	R$ 15.668,20
06	TOTEM DE 30X100 CM COM ESTRUTURA EM METALON GALVANIZADO 25X25 MM, ÂNGULO DE 45° COM REVESTIMENTO EM ACM E APLICAÇÃO DE ADESIVO. FUNDAÇÃO EM CONCRETO ARMADO	UNID	05	R$ 2.672,81	R$ 13.364,05
07	TOTEM DE 120X80 CM COM ESTRUTURA EM METALON GALVANIZADO 30X30 E 20X20 MM, COM ACM E APLICAÇÃO DE ADESIVO. FUNDAÇÃO EM CONCRETO ARMADO	UNID	05	R$ 2.165,00	R$ 10.825,00
08	MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA ESTRUTURA DE LETRAS E FACHADA EXISTENTE/ INSTALADAS E/OU RECUPERAÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS OU SUBSTITUIÇÃO DAS PEÇAS.	HORA	300	R$ 30,00	R$ 9.000,00
	TOTAL DO LOTE 02				**R$ 996.257,25**
LOTE 03 – TOTENS DECORATIVOS					
09	TOTEM DE 2,97MX3,00M ESCRITO “NAVEGA” NA VERTICAL COM A CORUJA, CONFORME DESENHO REFERÊNCIA ANEXO. DEVE CONTER MATERIAL, CONSTRUÇÃO, ILUMINAÇÃO E DEVIDA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO. O MATERIAL DE FABRICAÇÃO DEVERÁ SER ACM NA COR ORIGINAL DE FABRICAÇÃO E CONFORME AS CORES DO PROJETO OU DESENHO EM ANEXO ELABORADO PELA PREFEITURA; NÃO SERÁ ACEITO ACM REPINTADO. OS PARAFUSOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DEVEM SER DE INOX OU AÇO INOXIDÁVEL; AS ESTRUTURAS E BASES PARA SUSTENTAR O TOTEM DEVERÃO SER EM CONCRETO ARMADO OU CONCRETO USINADO;	UNID	05	R$ 12.500,00	R$ 62.500,00

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE INSTALADO NO LOCAL INDICADO, TOTALMENTE FUNCIONAL, COM A SUA RESPECTIVA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E SUA ILUMINAÇÃO CONTANDO COM, NO MÍNIMO, 5 (CINCO) LUMINÁRIAS DE NO MÍNIMO 100W, CONFORME LAYOUT ANEXO AO EDITAL. OU MATERIAL SIMILAR.				
10	TOTEM DE 4MX4M ESCRITO “NAVEGA” NA VERTICAL, CONFORME DESENHO REFERÊNCIA ANEXO. DEVE CONTER MATERIAL, CONSTRUÇÃO, ILUMINAÇÃO E DEVIDA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO. O MATERIAL DE FABRICAÇÃO DEVERÁ SER ACM NA COR ORIGINAL DE FABRICAÇÃO E CONFORME AS CORES DO PROJETO OU DESENHO EM ANEXO ELABORADO PELA PREFEITURA; NÃO SERÁ ACEITO ACM REPINTADO. OS PARAFUSOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DEVEM SER DE INOX OU AÇO INOXIDÁVEL; AS ESTRUTURAS E BASES PARA SUSTENTAR O TOTEM DEVERÃO SER EM CONCRETO ARMADO OU CONCRETO USINADO; DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE INSTALADO NO LOCAL INDICADO, TOTALMENTE FUNCIONAL, COM A SUA RESPECTIVA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E SUA ILUMINAÇÃO CONTANDO COM, NO MÍNIMO, 5 (CINCO) LUMINÁRIAS DE NO MÍNIMO 100W, CONFORME LAYOUT ANEXO AO EDITAL. OU MATERIAL SIMILAR.	UNID	05	R$ 15,000,00	R$ 75.000,00
11	TOTEM DE 3MX3M ESCRITO “NAVEGA” NA VERTICAL, CONFORME DESENHO REFERÊNCIA ANEXO, JUNTAMENTE COM MOLDURA REFORÇADA COM DIMENSÕES DE 520CM DE ALTURA E 420 CM DE LARGURA E COM 50 CM DE BASE COM RESISTÊNCIA PARA PESSOAS SENTAREM, FICAREM EM PÉ, SUBIREM PARA FOTOGRAFAR. DEVE CONTER MATERIAL, CONSTRUÇÃO, ILUMINAÇÃO E DEVIDA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO. O MATERIAL DE FABRICAÇÃO DEVERÁ SER ACM NA COR ORIGINAL DE FABRICAÇÃO E CONFORME AS CORES DO PROJETO OU DESENHO EM ANEXO ELABORADO PELA PREFEITURA; NÃO SERÁ ACEITO ACM	UNID	05	R$ 19.600,00	R$ 98.000,00

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	REPINTADO. OS PARAFUSOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DEVEM SER DE INOX OU AÇO INOXIDÁVEL; AS ESTRUTURAS E BASES PARA SUSTENTAR O TOTEM DEVERÃO SER EM CONCRETO ARMADO OU CONCRETO USINADO; DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE INSTALADO NO LOCAL INDICADO, TOTALMENTE FUNCIONAL, COM A SUA RESPECTIVA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E SUA ILUMINAÇÃO CONTANDO COM, NO MÍNIMO, 5 (CINCO) LUMINÁRIAS DE NO MÍNIMO 100W. ESTRUTURA METÁLICA EM FORMATO RETANGULAR, DEVERÁ SER EM ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR 80X80 PAREDE 3MM GALVANIZADO A FOGO, CONFORME PROJETO EM ANEXO. OU MATERIAL SIMILAR.				
12	MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA ESTRUTURA DE LETRAS E FACHADA EXISTENTE/ INSTALADAS E/OU RECUPERAÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS OU SUBSTITUIÇÃO DAS PEÇAS.	HORA	300	R$ 45,00	R$ 13.500,00
	TOTAL DO LOTE 03				**R$ 249.000,00**

1.2 O (s) serviço (s) objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.*3*. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de 1 (um) ano, contados da data de publicação do extrato no Diário Oficial do município e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Cada item tem sua especificação bem definida, conforme tabela acima (item 1.1), que deverá ser minuciosamente observada pelo fornecedor.

Subcontratação

4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias úteis, após a emissão da solicitação de fornecimento, diretamente nos locais, situados no município de Navegantes, que serão oportunamente informados pela secretaria solicitante.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.2. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.3. O prazo de garantia das peças e materiais não poderá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data do aceite da Nota Fiscal.

5.4. A CONTRATADA em caso de defeitos que causem a necessidade de substituição de peças e na ocasião de apresentação de defeitos durante o prazo de garantia, a detentora realizará a manutenção corretiva em um prazo de até 05 (cinco) dias, contado da comunicação do fato pela secretaria requisitante, além de fornecer todas as peças e insumos a serem utilizados na manutenção, a instalação e manutenção corretiva deverão ocorrer em horários previamente acordados com a contratante.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas no item 1.1 deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

6.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE ENTREGA E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto se dará através do envio do relatório fotográfico.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produzir os resultados acordados,

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

7.7. O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

Liquidação

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;
b) os dados do contrato e do órgão contratante;
c) o período respectivo de execução do contrato;
d) o valor a pagar; e
e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, e documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. Para o caso dos serviços onde há retenção de INSS a Nota Fiscal deve ser emitida até o 2º dia útil do mês subsequente em que o serviço foi realizado.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal.

7.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Não haverá pagamento antecipado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Conforme art. 65 da lei n. 14.133/2021 as condições de habilitação serão definidas em edital.

Habilitação jurídica

8.4. A habilitação jurídica será de acordo com o art. 66 da lei n. 14.133/2021.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas conforme art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

Qualificação Econômico-Financeira

8.6. A comprovação financeira será feita de acordo com o art. 69 da Lei n. 14.133/2021.

Qualificação Técnica

8.7. A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

8.8. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por órgão de direito público ou privado, ou apresentação de Certidão de Acervo Operacional – CAO emitido pelo Conselho Profissional competente, emitidos em nome da empresa licitante, que demonstre a capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação

Obs.: Não será considerado/aceito Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa participante do certame.

8.9. Certidão de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da sede da licitante, ou Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da sede da licitante, ou Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

Em caso de empresa com domicílio ou sede em outro Estado, a empresa vencedora providenciará o visto do CREA/SC, e/ou CAU/SC **para fins de assinatura de contrato ou documento equivalente.**

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 1.375.038,00 (um milhão trezentos e setenta e cinco mil e trinta e oito reais) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Por se tratar de REGISTRO DE PREÇO não é necessário indicar a dotação orçamentária

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, APROVO o presente Termo de Referência e AUTORIZO a realização do procedimento licitatório.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2025

MICHELLE CHRISTINE BOSSI
Departamento de Compras e Contratos

LUCIANO MAIBUK
SECRETÁRIO DE TURISMO

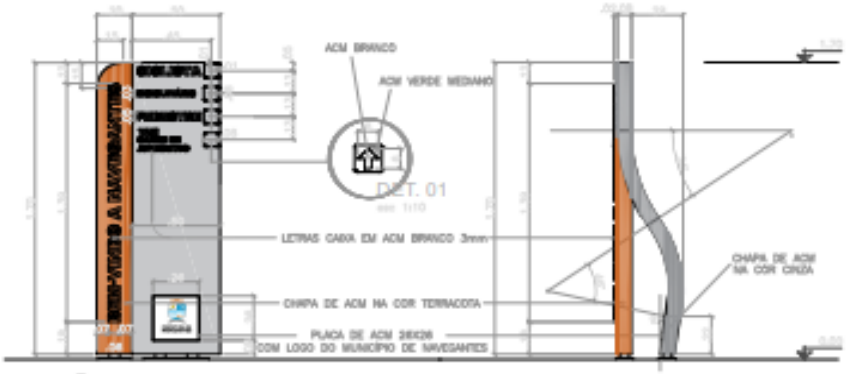
DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO

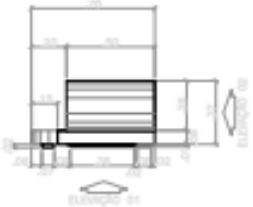
MODELO ILUSTRATIVO TOTEM

Item 03

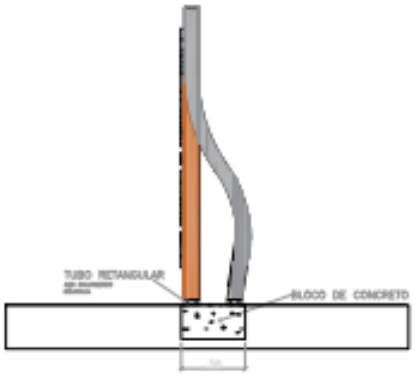


1 Elevação 01

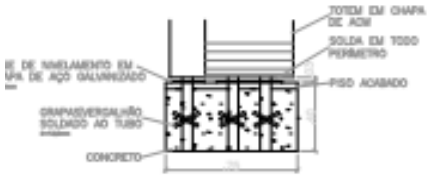
2 Elevação 02



3 Planta Baixa



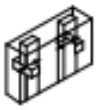
5 Corte 01



4 Fundação



6 Fixação do totem



7 Detalhe Genérico
Fixação ACM

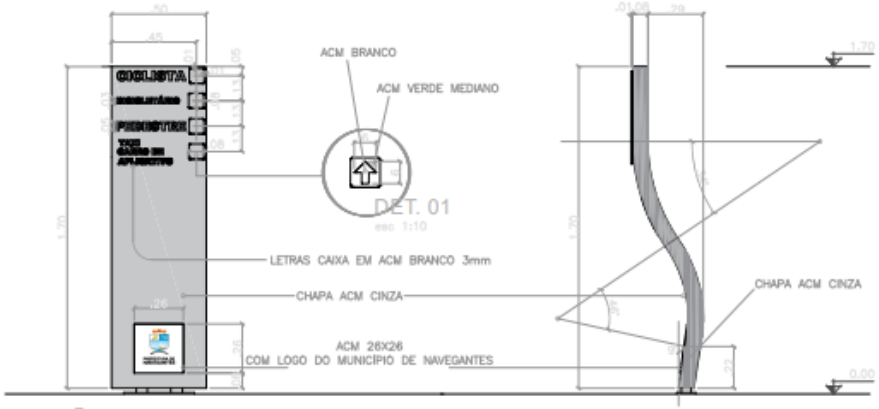
Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5





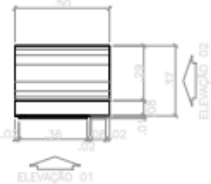
Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

Item 04

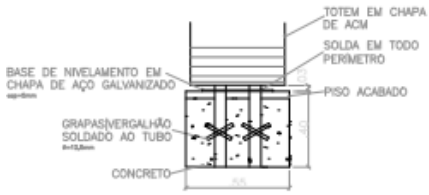


1 Elevação 01

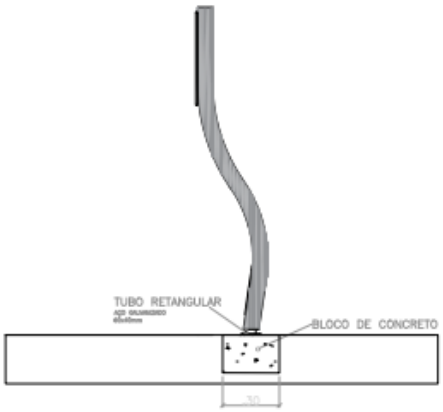
2 Elevação 02



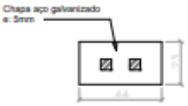
3 Planta Baixa



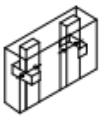
4 Fundação



5 Corte 01



6 Fixação do totem



7 Detalhe Genérico
Fixação ACM

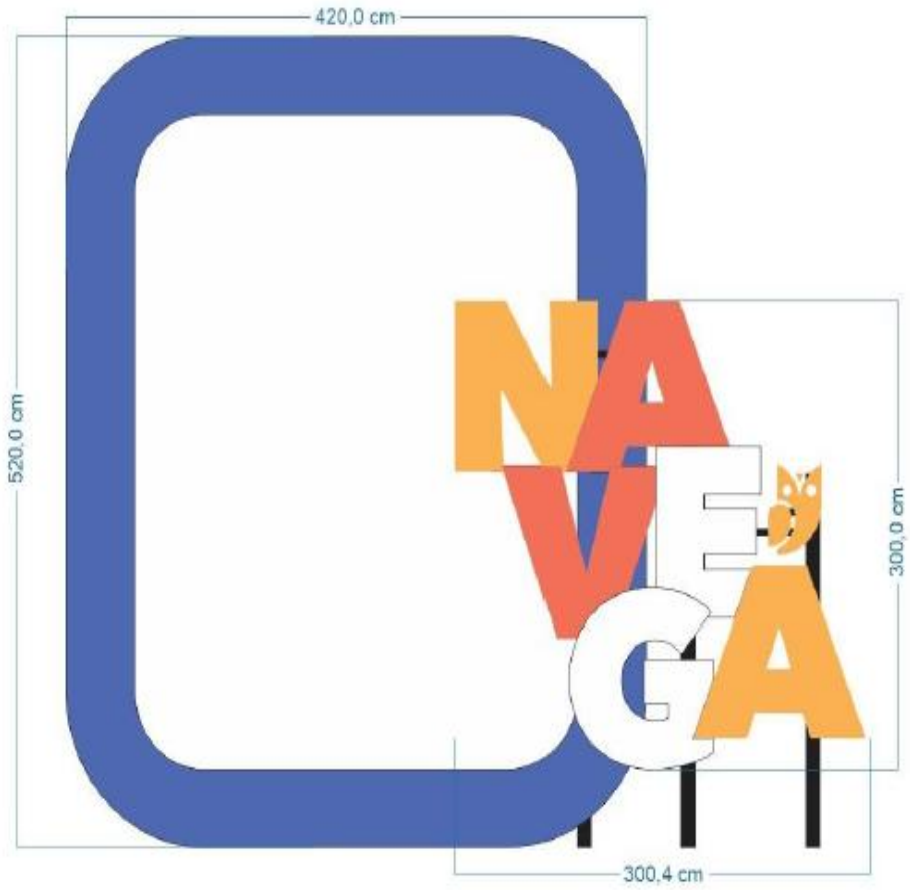
Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5





Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

Imagem ilustrativa das medidas e orientação para produção do TOTEM



Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5





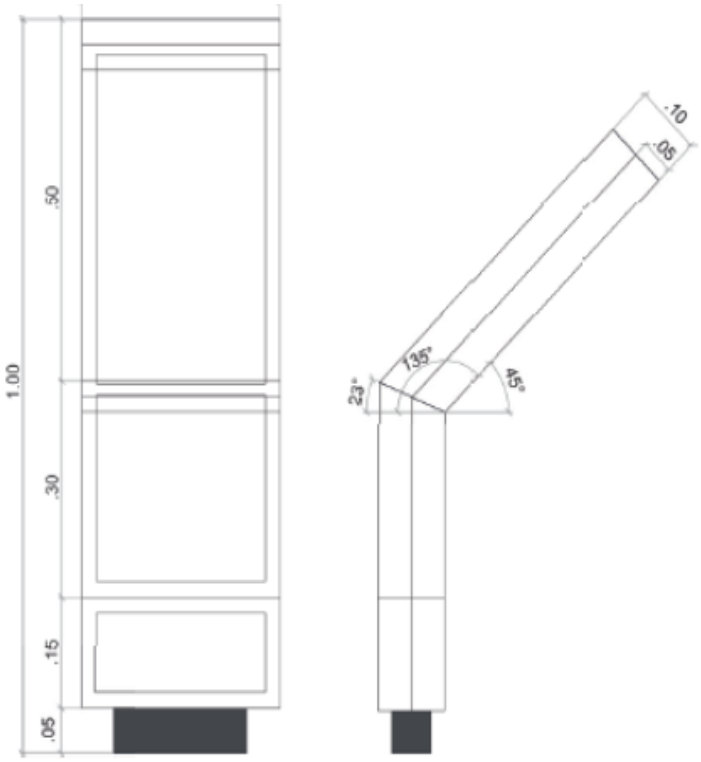
Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5





Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5





Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5



Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO I – A

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ÍNDICES FINANCEIROS

O Município de Navegantes apresenta justificativa para a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de Pregão Eletrônico **nº 20/2025**, item 14.9.2.

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no item 14.9.2 do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

O índice de Grau de Endividamento indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O índice de Liquidez Corrente identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, considerando tudo que o que se converterá em dinheiro (a curto prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto prazo).

Para os três índices exigidos no Edital em referência (LG, GE e LC), o resultado > 1,00 é indispensável à comprovação da boa situação financeira da proponente.

Desse modo, os índices estabelecidos para a Licitação em pauta não ferem o disposto no art. 69, da Lei nº 14.133/2021, bem como foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável para avaliar a saúde financeira do proponente.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO I - B

JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Nº do Processo: 20/2025

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA CONFECÇÃO DE PLACAS E TOTENS, CONTEMPLANDO MONTAGEM, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRACASSADOS DO PE 134/2024 E PE 155/2024 PMN.

A Lei nº 14.133/2021, dispõe em seu art. 15[1], que a não participação de empresas, constituídas sob a forma de consórcio, deve ser justificada.

Dessa forma, para o objeto que se pretende contratar CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA CONFECÇÃO DE PLACAS E TOTENS, CONTEMPLANDO MONTAGEM, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme solicitação do Secretário Ditmar Alfonso Zimath, em razão de **não** demandar alta complexidade técnica, não se mostra viável à Administração a participação de empresas consorciadas, não trazendo nenhum prejuízo econômico ou de restrição à competição tal vedação.

Sobre o tema, Marçal Justen Filho assevera:

> No Direito Administrativo, algumas das características do consórcio foram afastadas. O ponto fundamental da distinção reside na responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados, ao longo da execução do contrato administrativo.
>
> Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivados pelo nosso Direito. Assim se passa porque, como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejados.
>
> O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar

[1] Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas: (...)

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

> competição. Aliás, a composição entre os potenciais interessados para participar de licitação pode alcançar a dimensão da criminalidade.[2]

Segue ainda o renomado Doutrinador discorrendo sobre o tema relacionando-o com a competição no certame:

> Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...) Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto torna problemática a competição.
>
> É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação.[3]

A participação de consórcios mostra-se viável, quando o objeto considerado for *"de alta complexidade ou vulto"*, o que não seria o caso do objeto sob exame, conforme a definição trazida pela Lei nº 14.133/2021, vejamos:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
>
> [...];
>
> XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e fora dos valores preceituados pela legislação como grande vulto, atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o

[2] Justen Filho, Marçal Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021 / Marçal Justen Filho. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, 292/293.
[3] Idem 2, p. 293.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

Acerca do tema, importante consignar o entendimento do Tribunal de Contas da União, vejamos:

> A respeito da participação de consórcios, a jurisprudência desta Corte de Contas tem assentado que o art. 33 da Lei 8.666/1993 deixa à discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcio no certame, devendo o desígnio ser verificado caso a caso.
>
> Quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade, via de regra, a Administração, com intuito de aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. No entanto, essa hipótese não ocorre no contexto ora em análise, pois, como já mencionado acima, os serviços licitados não envolvem questões de alta complexidade técnica (...).
>
> Ademais, a participação de consórcios em torneios licitatórios não garante aumento de competitividade, consoante arestos do Relatório e Voto que impulsionaram o Acórdão 2813/2004-TCU-Primeira Câmara, que reproduzo abaixo:
>
> O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). (Acórdão n. 1946/2006 – Plenário, Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, sessão 18/10/2006).

Posto isto, a permissão da participação de empresas, constituídas sob a forma de consórcio, poderia trazer prejuízos ao ânimo competitivo do certame, bem como na busca pela proposta mais vantajosa.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO II

HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR E DILIGÊNCIAS SANEADORAS

1.1. Dentre as atribuições do (a) Pregoeiro (a), destaca-se, em relação à habilitação, a verificação e julgamento das condições de habilitação, saneado erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação, que deverão estar anexadas de forma eletrônica, nos moldes da legislação.

1.2. Será julgada inabilitada a proponente que:

a) Deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.

b) Deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

c) Apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;

d) Apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;

e) Apresentar documento de regularidade fiscal, social ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

1.3 - A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa de lances, os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO, quando estes forem considerados, pelo (a) Pregoeiro (a), constantes no item 13 do edital, assim que for autorizado, e dentro do prazo estabelecido e devidamente justificado.

1.4. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, via chat no sistema BNC, ficando adstrito à conveniência da Administração Pública, quando não for especificado prazo legal, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência, e sempre com critérios de razoabilidade e interesse público.

1.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

1.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o art. 47 do Decreto nº 10.024/2019, além do art. 59, § 2º e o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, sendo a ocorrência registrada em ata.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA CONFECÇÃO DE PLACAS E TOTENS, CONTEMPLANDO MONTAGEM, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRACASSADOS DO PE 134/2024 E PE 155/2024 PMN

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
					TOTAL EM R$	
	Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.					
	DADOS DO PROPONENTE					

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	Nome:
	Razão Social:

	Endereço Completo:
	CNPJ:
	Telefone: E-mail:
	VALIDADE DA PROPOSTA: (não inferior a 60 dias corridos):
	PRAZO PARA ENTREGA:
	GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS: Mínima de 01 (um) ano.
	CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS: Em até 30 (trinta) dias úteis após a entrega, mediante emissão de nota fiscal).
	LOCAL PARA ENTREGA:
	LOCAL MAIS PRÓXIMO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

LOCAL/DATA _____

Agência Bancaria n° _____

Banco: _____

Conta-Corrente n° _____

_____

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO IV

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES

BNC BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS "BNC" E DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	( ) ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Inscrição Municipal:	
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de nasc:
Responsável Financeiro:	Telefone:
e-mail financeiro:	
Informações Bancárias:	Banco:
Agência:	C/C:
e-mail ( ) no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais	

***o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa**

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras “BNC”, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

i. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras “BNC”, dos quais declara ter pleno conhecimento; iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e

3. **O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.**

4. **O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.**

5. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: _____/_____ de _____ 20_____.

_____

Representante Legal:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO V

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

BNC
BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

- PARA FORNECEDORES:

A BNC – Bolsa Nacional de Compras, para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação e para o fornecimento do sistema operacional "robusto", a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital. Por estes serviços prestados serão cobradas "taxas" a critério e escolha de cada participante. O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada. **Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta os seguintes planos de pagamento:**

Plano de Adesão	**A**	**R$ 98,10 única participação por edital**
Plano de Adesão	**B**	**R$ 135,00 (mensal)**

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

Plano de Adesão A, esse plano é exclusivamente para uma única participação.
Plano de Adesão B, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.
O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5
ICP Brasil

OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de compra e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

A cobrança do plano de adesão, será emitida no momento do cadastro através de “boleto bancário”. A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br. A liberação irá ocorrer em até 24 horas. Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

_____

Representante Legal:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

A pessoa jurídica denominada _____(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à (endereço completo da empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

a) DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei nº14.133/2021, de que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;

b) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;

c) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 14.133/2021 e Diplomas Complementares;

d) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho;

e) DECLARA que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

f) DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;

g) DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

h) DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.

i) DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e noutras normas específicas.

j) DECLARA, também, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, ____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

At. – Pregoeiro e equipe de apoio

PREGÃO ELETRÔNICO N.º **20/2025**.

A empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____ neste ato representada por _____ seu _____, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos arts 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei n.º 14.133/2021.

Por ser verdade assina a presente;

Navegantes, ____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO VIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM CADASTRO DE RESERVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

Aos.....do mês.....do ano 2024 na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e pelo Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, nomeado através da Portaria n. 58/2025, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de **ADMINISTRAÇÃO,** e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 20/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2025, regidos pela Lei n.º 14.133/2021 e o Decreto Municipal n.º 361/2023, bem como as demais normas legais pertinentes, o disposto no edital e seus anexos e os termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

NOME DA EMPRESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º..., com sede na Rua ..., bairro...,Cidade/UF, representado por ..., inscrito no CPF n.º ...

Código	Empresa	Itens

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA CONFECÇÃO DE PLACAS E TOTENS, CONTEMPLANDO MONTAGEM, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRACASSADOS DO PE 134/2024 E PE 155/2024 PMN

1.1. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. Seguem abaixo as especificações de cada item, com o respectivo fornecedor:

FORNECEDOR / NOME DA EMPRESA

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Uni	Preço Total

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

2.2. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal de Navegantes relacionadas no objeto deste Edital;

2.3. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

2.4. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

2.5. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei n.º 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

2.6. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 quando não formalizado contrato para ser aditivado.

3.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. A formação de cadastro de reserva será utilizada para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação no valor do adjudicatário, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

6.1. Compete ao Órgão Gestor:

6.2. À Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

6.3. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

6.4. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de serviços, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

6.4.1. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

6.5. Prorrogar o prazo de vigência da ata de registro de preços, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

6.6. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

6.7. Emitir a autorização de compra;

6.8. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

6.9. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP.

6.10. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

6.11. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;

6.12. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

6.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

6.14. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

6.15. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

6.16. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.17. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

6.18. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

6. 19. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

6.20. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.21. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

6.22. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

6.23. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

6.24. A aquisição dos materiais se dará de forma fracionada, conforme necessidade da Secretaria solicitante, sendo o frete de responsabilidade da empresa contratada;

6.25. Os serviços deverão ser entregues no prazo máximo de 30(trinta) dias após o envio da Ordem de Compra.

6.25. Caso o material entregue apresente avarias ou falhas que venham a ocasionar perda ao município, o mesmo será devolvido e caberá à empresa realizar a substituição do mesmo.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

Os materiais deverão ser de primeira linha, atendendo os padrões prescritos em norma para cada qual.

6.27. Nos casos em que os produtos solicitados não atendam as especificações deste edital, os mesmos terão a entrega negada, devendo a contratada substituí-los imediatamente.

7. CLÁUSULASÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras - órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.6. O local de entrega dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.7. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, constante no termo de referência anexo.

7.8. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.9. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

7.10. As despesas relativas à entrega dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.11. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.12. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.13. Todas as despesas relativas à prestação de serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (trinta) dias, após o fornecimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura e respectiva liquidação, acompanhada de relatório do fornecimento dos materiais emitido pela Secretaria competente, devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas na ATA;

9.2. O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM 30 (TRINTA) DIAS DE ACORDO COM A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;

9.3. E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo;

9.4. O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA através de conta corrente previamente cadastrada pela contratada, perante esta Administração Pública Municipal;

9.5. Todos os materiais deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital;

9.6. Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os materiais fornecidos, serão recebidos definitivamente, mediante assinatura do responsável na Nota Fiscal;

9.7. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto nacional do Seguro social - INSS e o FGTS – CRF e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

9.8. NÃO HAVERÁ EM HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.2. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

11.3. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.4. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.5. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.6. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.5. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

11.7. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, o licitante que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.9. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima imposta.

11.10. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.11. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.12. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida edital)*	*Modelo (se exigido no e*	Unidad	Quantidade ma	Quantid Mínim	Valor	*Praz garanti valida*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificaç	*Marca (se exigida edital)*	*Modelo (se exigido no e*	Unidad	Quantidade ma	Quantid Mínim	Valor	*Praz garanti valida*

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

ANEXO IX

MODELO MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º ...../.....

EDITAL DE ..... N.º ...../.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º ...../…, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E .....

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a)....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º 20/2025 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 20/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA CONFECÇÃO DE PLACAS E TOTENS, CONTEMPLANDO MONTAGEM, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRACASSADOS DO PE 134/2024 E PE 155/2024 PMN, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE 01 – PLACAS					
TEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01	PLACA EXTERNA: FRONTLIGHT EM ACM, ESTRUTURA DE METALON E REFLETORES EXTERNOS. ACM COM AS INFORMAÇÕES EM ADESIVO DE RECORTE COLADO, CONFORME ARTE/PADRÕES ADOTADOS PELA CONTRATANTE. ACM COM COR A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO (RELÉ FOTOELÉTRICO) PARA CADA 4 METROS QUADRADOS DE PLACA, COMPOSTO POR HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA E EM REFLETOR DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS), LUZ BRANCA FRIA, PROTEÇÃO À PROVA D'ÁGUA (IP66) COM TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO, LOGOS E SÍMBOLOS DA PLACA. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS (OU PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 10 METROS DA PLACA. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE.	M²	400	R$ 339,00	R$ 135.600,00
	TOTAL DO LOTE 01			**R$ 339,00**	**R$ 135.600,00**
LOTE 02 – TOTENS INFORMATIVOS					
02	TOTEM EXTERNO TIPO 1. TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 4,50 M E 1,30M DE LARGURA, COM 30 CM DE PROFUNDIDADE. TOTEM EM ESTRUTURA DE FERRO	UND	50	R$ 8.600,00	R$ 430.000,00

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	GALVANIZADO, SAPATA EM CONCRETO DE 1,5M³, REVESTIMENTO EM ACM E INFORMAÇÕES EM ADESIVO RECORTE, ILUMINAÇÃO EXTERNA EM REFLETOR DE LED. CAIXA EM ACM (ALUMÍNIO COMPOSTO EM COR A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE) COM 3 MM DE ESPESSURA, COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA. BASE INFERIOR CURVA (RAIO DE 40 CM). DESCRIÇÃO/LOGO CONFORME DEFINIDO PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA, APLICADO EM ATÉ TODA A EXTENSÃO DA PLACA, EM PVC EXPANDIDO COM 2 CM DE ESPESSURA (RELEVO), COM PINTURA AUTOMOTIVA NAS CORES DEFINIDAS PELA CONTRATANTE. TEXTO EM PVC EXPANDIDO COM 2 CM DE ESPESSURA (RELEVO), EM COR A SER DEFINIDA. ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS METÁLICOS, SOLDADOS E PARAFUSADOS, COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA, REVESTIDA POR CHAPAS DE ACM EM COR A SER DEFINIDA BASE DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA DE AÇO ESTRUTURAL PARAFUSADA À FUNDAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO ARMADO. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO (RELÉ FOTOELÉTRICO) COMPOSTA POR 2 REFLETORES DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS CADA), SENDO UM PARA CADA LADO DO TOTEN, FIXADOS NA PARTE SUPERIOR DO MESMO, LUZ BRANCA FRIA, COM PROTEÇÃO A PROVA D'ÁGUA (IP66) COM HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA PARA SUPORTE DOS REFLETORES. TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO/LOGO DA PLACA/TOTEM. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS				

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	(OU PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 10 METROS DO TOTEM. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA/TOTEM E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE				
03	TOTEM EXTERNO TIPO 1: TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,70M DE ALTURA E 0,70M DE LARGURA, COM 8CM DE PROFUNDIDADE, SENDO 0,20M DE LARGURA NO FORMATO RETO E 0,50M COM FORMATO CURVO COM ÂNGULO DE 46º EM UMA FACE E 34º EM OUTRA FACE. TOTEM E BASE NIVELADORA EM ESTRUTURA DE FERRO, SAPATA EM CONCRETO DE ATÉ 0,15M³, COM GRAPAS DE AÇO DE 12,5MM SOLDADAS NA SUA FUNDAÇÃO. OS VERGALHÕES (GRAPAS) DEVERÃO SER SOLDADOS AO TUBO RETANGULAR DE AÇO AOS PARES E EM FACES OPOSTAS, EM ÂNGULOS APROXIMADOS DE 30º, DISTANDO 10CM E 25CM A PARTIR DO FINAL DO TUBO. A SOLDA DEVE SER DO TIPO MIG, ISENTA DE ESCÓRIAS E HOMOGÊNEA. REVESTIMENTO EM ACM EM COR TERRACOTA E CINZA CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE E INFORMAÇÕES EM LETRAS DE ACM BRANCO DE 2CM DE ESPESSURA (RELEVO) FIXADAS JUNTO A CAIXA DE ACM COM ALTURA DE ATÉ 6CM E 2MM DE ESPESSURA, INCLUINDO DESENHO DA LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E FLECHAS DE SINALIZAÇÃO CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE. CAIXA EM ACM (FIXADO EM CANTONEIRAS OU PRESILHAS DE ALUMÍNIO) COM 3 MM DE ESPESSURA, VEDADOS COM TARUGOS E SILICONE COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS RETANGULARES METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI COR GRAFITE. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS	UNID	50	R$ 6.903,00	R$ 345.150,00

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. DEMAIS DETALHES DEVEM SER VERIFICADOS NO PROJETO.				
04	TOTEM EXTERNO TIPO 2: TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,70M DE ALTURA E 0,50M DE LARGURA, COM 8CM DE PROFUNDIDADE, SENDO NO FORMATO CURVO COM ÂNGULO DE 46º EM UMA FACE E 34º EM OUTRA FACE. TOTEM E BASE NIVELADORA EM ESTRUTURA DE FERRO, SAPATA EM CONCRETO DE ATÉ 0,15M³, COM GRAPAS DE AÇO DE 12,5MM SOLDADAS NA SUA FUNDAÇÃO. OS VERGALHÕES (GRAPAS) DEVERÃO SER SOLDADOS AO TUBO RETANG ULAR DE AÇO AOS PARES E EM FACES OPOSTAS, EM ÂNGULOS APROXIMADOS DE 30º, DISTANDO 10CM E 25CM A PARTIR DO FINAL DO TUBO. A SOLDA DEVE SER DO TIPO MIG, ISENTA DE ESCÓRIAS E HOMOGÊNEA.REVESTIMENTO EM ACM EM COR CINZA E TERRACOTA CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE E INFORMAÇÕES EM LETRAS DE ACM BRANCO DE 2CM DE ESPESSURA (RELEVO) FIXADAS JUNTO A CAIXA DE ACM COM ALTURA DE ATÉ 6CM E 2MM DE ESPESSURA, INCLUINDO DESENHO DA LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E FLECHAS DE SINALIZAÇÃO CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE. CAIXA EM ACM (FIXADO EM CANTONEIRAS OU PRESILHAS DE ALUMÍNIO) COM 3 MM DE ESPESSURA, VEDADOS COM TARUGOS E SILICONE COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS RETANGULARES METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI COR GRAFITE. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. DEMAIS DETALHES DEVEM SER VERIFICADOS NO PROJETO.	UNID	50	R$ 3.445,00	R$ 172.250,00
05	TOTEM DE 106X220 CM COM ESTRUTURA EM METALON GALVANIZADO 25X25 MM COM REVESTIMENTO EM ACM E APLICAÇÃO DE ADESIVO FUNDAÇÃO EM CONCRETO ARMADO	UNID	05	R$ 3.133,64	R$ 15.668,20

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

06	TOTEM DE 30X100 CM COM ESTRUTURA EM METALON GALVANIZADO 25X25 MM, ÂNGULO DE 45° COM REVESTIMENTO EM ACM E APLICAÇÃO DE ADESIVO. FUNDAÇÃO EM CONCRETO ARMADO	UNID	05	R$ 2.672,81	R$ 13.364,05
07	TOTEM DE 120X80 CM COM ESTRUTURA EM METALON GALVANIZADO 30X30 E 20X20 MM, COM ACM E APLICAÇÃO DE ADESIVO. FUNDAÇÃO EM CONCRETO ARMADO	UNID	05	R$ 2.165,00	R$ 10.825,00
08	MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA ESTRUTURA DE LETRAS E FACHADA EXISTENTE/ INSTALADAS E/OU RECUPERAÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS OU SUBSTITUIÇÃO DAS PEÇAS.	HORA	300	R$ 30,00	R$ 9.000,00
	TOTAL DO LOTE 02				**R$ 996.257,25**
LOTE 03 – TOTENS DECORATIVOS					
09	TOTEM DE 2,97MX3,00M ESCRITO “NAVEGA” NA VERTICAL COM A CORUJA, CONFORME DESENHO REFERÊNCIA ANEXO. DEVE CONTER MATERIAL, CONSTRUÇÃO, ILUMINAÇÃO E DEVIDA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO. O MATERIAL DE FABRICAÇÃO DEVERÁ SER ACM NA COR ORIGINAL DE FABRICAÇÃO E CONFORME AS CORES DO PROJETO OU DESENHO EM ANEXO ELABORADO PELA PREFEITURA; NÃO SERÁ ACEITO ACM REPINTADO. OS PARAFUSOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DEVEM SER DE INOX OU AÇO INOXIDÁVEL; AS ESTRUTURAS E BASES PARA SUSTENTAR O TOTEM DEVERÃO SER EM CONCRETO ARMADO OU CONCRETO USINADO; DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE INSTALADO NO LOCAL INDICADO, TOTALMENTE FUNCIONAL, COM A SUA RESPECTIVA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E SUA ILUMINAÇÃO CONTANDO COM, NO MÍNIMO, 5 (CINCO) LUMINÁRIAS DE NO MÍNIMO 100W, CONFORME LAYOUT ANEXO AO EDITAL. OU MATERIAL SIMILAR.	UNID	05	R$ 12.500,00	R$ 62.500,00
10	TOTEM DE 4MX4M ESCRITO “NAVEGA” NA VERTICAL, CONFORME DESENHO REFERÊNCIA ANEXO. DEVE CONTER MATERIAL, CONSTRUÇÃO, ILUMINAÇÃO E DEVIDA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO. O MATERIAL DE FABRICAÇÃO DEVERÁ SER ACM NA COR ORIGINAL DE FABRICAÇÃO E CONFORME AS	UNID	05	R$ 15,000,00	R$ 75.000,00

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	CORES DO PROJETO OU DESENHO EM ANEXO ELABORADO PELA PREFEITURA; NÃO SERÁ ACEITO ACM REPINTADO. OS PARAFUSOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DEVEM SER DE INOX OU AÇO INOXIDÁVEL; AS ESTRUTURAS E BASES PARA SUSTENTAR O TOTEM DEVERÃO SER EM CONCRETO ARMADO OU CONCRETO USINADO; DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE INSTALADO NO LOCAL INDICADO, TOTALMENTE FUNCIONAL, COM A SUA RESPECTIVA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E SUA ILUMINAÇÃO CONTANDO COM, NO MÍNIMO, 5 (CINCO) LUMINÁRIAS DE NO MÍNIMO 100W, CONFORME LAYOUT ANEXO AO EDITAL. OU MATERIAL SIMILAR.				
11	TOTEM DE 3MX3M ESCRITO “NAVEGA” NA VERTICAL, CONFORME DESENHO REFERÊNCIA ANEXO, JUNTAMENTE COM MOLDURA REFORÇADA COM DIMENSÕES DE 520CM DE ALTURA E 420 CM DE LARGURA E COM 50 CM DE BASE COM RESISTÊNCIA PARA PESSOAS SENTAREM, FICAREM EM PÉ, SUBIREM PARA FOTOGRAFAR. DEVE CONTER MATERIAL, CONSTRUÇÃO, ILUMINAÇÃO E DEVIDA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO. O MATERIAL DE FABRICAÇÃO DEVERÁ SER ACM NA COR ORIGINAL DE FABRICAÇÃO E CONFORME AS CORES DO PROJETO OU DESENHO EM ANEXO ELABORADO PELA PREFEITURA; NÃO SERÁ ACEITO ACM REPINTADO. OS PARAFUSOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DEVEM SER DE INOX OU AÇO INOXIDÁVEL; AS ESTRUTURAS E BASES PARA SUSTENTAR O TOTEM DEVERÃO SER EM CONCRETO ARMADO OU CONCRETO USINADO; DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE INSTALADO NO LOCAL INDICADO, TOTALMENTE FUNCIONAL, COM A SUA RESPECTIVA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E SUA ILUMINAÇÃO CONTANDO COM, NO MÍNIMO, 5 (CINCO) LUMINÁRIAS DE NO MÍNIMO 100W. ESTRUTURA METÁLICA EM FORMATO RETANGULAR, DEVERÁ SER EM ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR 80X80 PAREDE 3MM	UNID	05	R$ 19.600,00	R$ 98.000,00

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

	GALVANIZADO A FOGO, CONFORME PROJETO EM ANEXO. OU MATERIAL SIMILAR.				
12	MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA ESTRUTURA DE LETRAS E FACHADA EXISTENTE/ INSTALADAS E/OU RECUPERAÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS OU SUBSTITUIÇÃO DAS PEÇAS.	HORA	300	R$ 45,00	R$ 13.500,00
	TOTAL DO LOTE 03				**R$ 249.000,00**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

Liquidação

6.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;'
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, e documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

6.4. Para o caso dos serviços onde há retenção de INSS a Nota Fiscal deve ser emitida até o 2º dia útil do mês subsequente em que o serviço foi realizado.

Prazo de pagamento

6.5. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal.

6.6. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.11. **Não haverá pagamento antecipado**.

6.12. No caso de atraso de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento, salvo se coincidir com a prorrogação contratual, de forma que poderá ser realizado no mesmo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133/2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10.1 A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

9.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

9.24 O Contratado outorga poderes à Contratante para que esta proceda à análise do extrato analítico do FGTS via sistema E-social, no que se refere aos funcionários relacionados a este contrato.

9.25. A contratada será a única responsável em reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou parte dele, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados.

9.26. Ficará a cargo exclusivo da CONTRATADA, todas as providencias e despesas correspondentes as instalações dos totens, compreendendo o aparelhamento, maquinário e ferramentas necessárias para a execução dos serviços ora contratados, inclusive equipamentos de proteção individual “EPI’s” e coletivo. Outrossim, providenciará a retirada do entulho que se acumular nos arredores dos trabalhos, durante a execução dos serviços, devendo permanecer sempre limpo e seguro;

9.27 A contratada devera se atentar que qualquer dos serviços que apresente defeitos ou má execução, os reparos deverão ser feitos com urgência no prazo de 15(quinze) dias após a notificação da fiscalização. Não sendo atendida a exigência, o fiscal do contrato tomara as medidas cabíveis;

9.28 Responsabilizar-se pela substituição, reparo ou correção, dos objetos com avarias ou efeito.

9.29 Será de responsabilidade da CONTRATADA proceder toda a manutenção corretiva e preventiva dos totens.

9.30 A instalação e manutenção preventiva e corretiva dos totens deverão ocorrer em horários previamente acordados com a Contratante;

9.31 O prazo de garantia das peças e materiais não poderá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data do aceite da Nota Fiscal.

9.32. Fornecer os equipamentos acompanhados de todos os acessórios e aplicativos necessários para o funcionamento da solução.

9.33. Não utilizar a área externa do equipamento para veicular quaisquer tipos de publicidade.

9.34. A mão de obra utilizada para a realização da descarga e instalação, será da CONTRATADA, bem como todos os custos com mão de obra e transporte.

9.35. A CONTRATADA em caso de defeitos que causem a necessidade de substituição de peças e na ocasião de apresentação de defeitos durante o prazo de garantia, a detentora realizará a manutenção corretiva em um prazo de até 05

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

(cinco) dias, contado da comunicação do fato pela secretaria requisitante, além de fornecer todas as peças e insumos a serem utilizados na manutenção, a instalação e manutenção corretiva deverão ocorrer em horários previamente acordados com a contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) . **impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii). **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

iv). **Multa:**

a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) o atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. º 14.133/2021.

c) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. º 14.133/2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8 .A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.3.1 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações das secretarias solicitantes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, Decreto Municipal n.º 361/2023 e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

16.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91 e 94, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Navegantes/SC, ... de ..... de .....

_____	_____
Representante legal do CNTE	Representante legal do CONTRATADO

Esse documento foi assinado por DITMAR ALFONSO ZIMATH. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: 5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- DITMAR ALFONSO ZIMATH (CPF ***.983.039-**) em 21/05/2025 17:34 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinador.silosign.com.br/validate/5ZN4P-8AW6R-PVK5X-FHXQ5

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinador.silosign.com.br/validate